

## COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MIRANDA

Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes

CEP: 79031-902 - Campo Grande - MS

Fones: (67) 3318-6142 E-mail: cbhmiranda@gmail.com

### ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 8h30, aconteceu a 24ª Reunião  
2 Extraordinária do CBH Miranda, de forma virtual por meio da plataforma ZOOM. Estavam  
3 presentes os membros: André Mauro Dropa de Bortoli (Prefeitura Municipal de São  
4 Gabriel do Oeste), Guilherme Dalponti (COMDEMA - Conselho de Meio Ambiente -  
5 Município de Miranda), Carlos Roberto Padovani (EMBRAPA - Centro de Pesquisa  
6 Agropecuária do Pantanal), Claudete Padilha de Souza Bruschi (IMASUL - Instituto de  
7 Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), Ivan Antônio Volpe (ANDAV - Associação  
8 Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários), Jussara Silveira Pael  
9 Andrekowisk (SICADEMS – Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados do  
10 MS), Leonardo Sampaio Costa (IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso  
11 do Sul), Áurea da Silva Garcia (MUPAN – Mulheres em Ação no Pantanal), Eduardo  
12 Folley Coelho (IASB – Instituto das Águas da Serra da Bodoquena), Ana Beatriz Paiva Sá  
13 Earp de Melo (SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração  
14 Regional de Mato Grosso do Sul), Carolina Alves Muniz de Freitas (FIEMS – Federação  
15 de Indústrias do Estado MS), Leonardo Pereira Gomes (SOS PANTANAL - Instituto  
16 Socioambiental da Bacia do Paraguai), Ariel Ortiz Gomes (UFMS – Universidade Federal  
17 de Mato Grosso do Sul), Tamiris Azoia de Souza (APROSOJA – Associação dos  
18 Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul), Felipe Augusto Dias (SOS PANTANAL -  
19 Instituto Socioambiental da Bacia do Paraguai), Priscila Alonso de Oliveira Figueiredo  
20 (Prefeitura Municipal de Miranda), Elói Panachuki (CREA - Conselho Regional de  
21 Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul), Gabriela Lazari (IMASUL - Instituto de  
22 Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), Daniele Coelho Marques (FAMASUL –  
23 Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Ariel Ortiz Gomes (UFMS – Universidade  
24 Federal de Mato Grosso do Sul), Andreliz Silva Souza (SEMAGRO - Secretaria de Estado  
25 do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar); e os  
26 **convidados**: Luciano Jikimura (IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso  
27 do Sul), Sidenei Ambrosi Tambosi (CREA - Conselho Regional de Engenharia e  
28 Agronomia de Mato Grosso do Sul), Regiane Furtado de Miranda (FAMASUL –  
29 Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Fernando Vinicius Bressan (FAMASUL –  
30 Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Fernando Costa Faria (Associação dos  
31 Usuários de Águas da Região de Monte Carmelo), Douglas Fernando Carlos Macente  
32 (Prefeitura Municipal de Naviraí), Eliane Maria Garcia (IMASUL - Instituto de Meio

33 Ambiente de Mato Grosso do Sul), Fábio Bakker Isaias (Companhia de Saneamento  
34 Ambiental do Distrito Federal – CAESB) e João Ricardo Raiser (Presidente do CBH  
35 Paranaíba). O Presidente do CBH Miranda, Eduardo Coelho (IASB) iniciou a reunião,  
36 agradecendo a presença de todos e na sequência, procedeu com a leitura da pauta: 1 -  
37 **Aprovação da Ata da 23ª Reunião Extraordinária**, comunicando que foi encaminhada  
38 a todos por e-mail, não havendo contribuições e manifestações contra, a ata foi aprovada.  
39 Na sequência, procedeu-se com item **2- Palestras sobre Instrumento de Gestão:**  
40 **Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos**, passando a palavra para o Sr. Fábio Bakker  
41 Isaias (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB) para  
42 apresentar sobre o tema “Experiências da Aplicação do Instrumento de Cobrança pelo Uso  
43 dos Recursos Hídricos no Setor de Saneamento”. O Sr. Fábio saudou a todos os presentes,  
44 agradecendo pela oportunidade e iniciou a apresentação discorrendo sobre a importância  
45 de o setor de saneamento participar ativamente da gestão de recursos hídricos, da  
46 importância de apoiar os instrumentos de gestão e os benefícios que isso traz para o  
47 saneamento. Discorreu sobre a localização do Distrito Federal (DF), informou que são 3%  
48 da Bacia do Paranaíba e que é região de cabeceira, sendo a terceira unidade da federação  
49 com maior escassez hídrica. Informou que a cidade foi projetada para no máximo 500 mil  
50 habitantes e por questões ambientais claras, pois não tem água e que hoje possui 3 milhões  
51 de habitantes. Informou que a CAESB é uma companhia pública, que possui excelência no  
52 sistema de abastecimento, atingindo 98% da população com abastecimento de água e 94%  
53 do esgoto coletado e tratado. Nesse contexto, informou que com 3 milhões de habitantes  
54 ocupando um espaço com rios de baixa vazão, o problema é abastecer a população, sendo  
55 necessário a captação no estado de Goiás, e tem-se ainda o problema para diluir os  
56 efluentes. Com isso, para se fazer a gestão o Distrito Federal foi dividido em 36 unidades  
57 E 70% do DF está inserido no Paranaíba e ali é que se encontra a maior demanda hídrica  
58 para o abastecimento urbano. Demonstrou que o sistema de abastecimento é complexo  
59 basicamente suprido por captação superficial. Fez um breve histórico de como a companhia  
60 de saneamento incorporou os instrumentos de gestão e citou o problema de eutrofização  
61 enfrentado no Lago Paranoá anos atrás e que hoje o mesmo lago se torna um ponto de  
62 lançamento e também de captação. Pontuou sobre a necessidade do saneamento se envolver  
63 no processo da gestão integrada dos recursos hídricos e que a CAESB entendeu sobre a  
64 importância do envolvimento da companhia nessa gestão e se colocou em posições mais  
65 atuantes, começando a observar e a investir nos projetos, como por exemplo aprovando  
66 recurso específico só para pagamento por serviços ambientais (PSA), não sendo mais visto  
67 como gasto e sim como investimento. Pontou que sobre o processo de cobrança, o que  
68 forçou a mudança de paradigma dentro da companhia e do saneamento é poder visualizar

69 o recurso da cobrança sendo aplicado no sistema, pois estando integrado ao sistema é  
70 possível observar investimentos diretos e é muito importante destacar os benefícios  
71 indiretos. Citou exemplos de investimento nas estações de tratamento de esgoto (ETE), o  
72 investimento em revestir o Canal Santos Dumont, que anteriormente, quando não era  
73 revestido possuía perdas médias de 50% por infiltração ou evaporação. Citou que foi por  
74 meio da cobrança que houve a oportunidade para se investir e também com recurso do  
75 CBH Paranaíba foi feito o revestimento do canal. Pontuou que hoje os agricultores são  
76 parceiros da CAESB. O recurso gerido pelo Comitê traz a obrigação de se ter o olhar de  
77 vários segmentos e a gestão do recurso é extremamente positiva. Pontuou ainda que  
78 devemos mudar nossa perspectiva sobre a cobrança e ver nela uma oportunidade, que hoje  
79 a CAESB entende que a cobrança deveria se chamar investimento, pois quando o recurso  
80 é investido no processo compartilhado de gestão, de alguma forma ele afeta o saneamento.  
81 Por fim, agradeceu a todos e se colocou à disposição para dúvidas. O Presidente Eduardo  
82 agradeceu e pontuou sobre como é satisfatório o PSA e um comitê funcionando. Na  
83 sequência passou a palavra para o palestrante Fernando Costa Faria (Associação dos  
84 Usuários de Águas da Região de Monte Carmelo) para apresentar sobre “Experiências da  
85 Aplicação do Instrumento de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no setor de  
86 Irrigação” que discorreu sobre as características do estado de Minas Gerais, que possui  
87 grande demanda e pequena disponibilidade de água, pontuou brevemente que há regiões  
88 com conflito interesse pelo uso da água e que a demanda supera a disponibilidade. O  
89 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) estabeleceu a necessidade de integração  
90 entre os diversos usuários na formulação de proposta de gerenciamento que contemple  
91 todos os usuários, sem deixar de atender as demandas. Pontuou que diferente do  
92 saneamento, a produção agrícola está sujeita as condições de mercado e que o valor pode  
93 interferir na capacidade produtiva. Discorreu que a agricultura irrigada possui característica  
94 diferente da extensiva. Citou como exemplo a região de Monte Carmelo, que com a  
95 melhoria da estrutura de disponibilidade de água e energia, foi possível reduzir o volume  
96 de água utilizada para irrigação e também foi possível melhorar a produtividade. Pontuou  
97 que é um erro entender que a cobrança é uma taxa ou uma arrecadação. É um instrumento  
98 da gestão cujo objetivo é definir o valor da água. Discorreu que dentro do sistema de  
99 gerenciamento tem meios de se fazer com que o recurso se torne um benefício no futuro e  
100 que os preços influenciam na capacidade produtiva, havendo condições dentro do próprio  
101 processo de definição de preço uma forma de inserir elementos que valorizem/protegem  
102 certos segmentos, diminuindo o efeito dos aspectos de mercado no preço final do produto.  
103 Pontuou que outro aspecto que deve ser bem pensado é a distinção das realidades, pois  
104 participou da discussão no DF e pela primeira vez viu outros segmentos se preocupar em

105 melhorar o desempenho da irrigação, visando diminuir a concorrência pela água e que essa  
106 realidade não se reflete no restante do país e que não tem conhecimento de outras ações de  
107 companhias de saneamento resultasse em benefício para os produtores irrigantes como foi  
108 feito no DF. Pontuou que não existe política de preço mínimo para produtos do agronegócio  
109 no Brasil e que a aplicação da cobrança pode ser feita por meio da outorga e pela declaração  
110 do uso. Citou alguns exemplos de diferentes culturas e o consumo de água, pontuando que  
111 a cobrança é inevitável e que grande parcela dos pagadores são agricultores irrigantes e que  
112 não é fácil conseguir um benefício direto com o recurso aplicado. Discorreu que a realidade  
113 demonstrada pelo Fabio é excelente, mas que não se reflete na maioria dos Comitês. Citou  
114 como exemplo o rio Meia Ponte, que sofre penosamente em função da baixa  
115 disponibilidade hídrica e que poderia se pensar no recurso da cobrança para incrementar a  
116 disponibilidade, porém os agricultores estão em localizações dispersas, o que prejudica a  
117 perspectiva desse investimento. A maneira como aconteceu no DF pode não acontecer em  
118 outras bacias e que os processos de recuperação ambiental podem e devem receber  
119 investimentos da cobrança, pois retornará em quantidade e qualidade da água; que parte do  
120 valor poderia ser direcionado a estudos sobre água subterrânea, pesquisas, avaliações de  
121 reutilização da água para suprir demandas, pesquisas de otimização do uso e pesquisas  
122 sobre como difundir essa informação para os agricultores irrigantes. Pontuou que a  
123 cobrança não irá se extinguir e sim se amplia e que não podemos entender como taxa. Citou  
124 casos que faziam reserva da taxa outorgada e que após a cobrança reajustaram para o valor  
125 que realmente era necessário para sua atividade. Por fim, explanou que todo e qualquer  
126 custo é difícil de ser diluído, pois quem define é o mercado. Agradeceu pela oportunidade  
127 e se colocou à disposição. O Presidente Eduardo agradeceu pela lucidez na abordagem e  
128 na sequência passou a palavra para o palestrante João Ricardo Raiser, Presidente do CBH  
129 Paranaíba para apresentar sobre o tema “Experiências de Aplicação do Instrumento de  
130 Cobrança pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba”, iniciou a apresentação  
131 explanando sobre a importância da água e dos seus mais diversos usos, um recurso limitado  
132 e excludente, reforçando a necessidade de se pensar sempre de forma integrada. Citou  
133 alguns conflitos pela água como em São Paulo e Rio de Janeiro, no Rio São Marcos com a  
134 Usina Hidroelétrica Batalha, na bacia do rio Meia Ponte e a crise hídrica no São Francisco.  
135 Discorreu sobre a importância da integração das políticas de meio ambiente, recursos  
136 hídricos e do uso do solo para garantir a sustentabilidade; discorreu sobre a evolução e a  
137 mudança dos paradigmas da gestão das águas, demonstrando que a deve ser feita a gestão  
138 de risco e não mais de crises; discorreu também sobre a Constituição de 1988 e a Lei  
139 9.433/97 pontuando sobre a gestão descentralizada, participativa e integrada entre o poder  
140 público, usuários e sociedade civil e, explicou sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento

141 de Recursos Hídricos, os instrumentos de gestão e os comitês de bacia. Sobre a cobrança,  
142 pontuou que há três componentes que são: indução do uso racional da água nos aspectos  
143 de quantidade e qualidade, a arrecadação de recursos para o investimento na bacia e  
144 recursos para manter o comitê e sua agência de bacia demonstrando ainda a evolução da  
145 cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil, pontuando que o país e os comitês ainda  
146 não evoluíram na gestão de recursos hídricos para além de recursos par manutenção do  
147 sistema, não havendo ainda valores de arrecadação suficientes para melhorias na bacia.  
148 Demonstrou que dos 10 Comitês de Bacia Hidrográficas interestaduais, 6 possuem a  
149 cobrança implantada, pontuando que o Miranda também precisa evoluir nessa discussão.  
150 Explicou que a cobrança não se trata de taxa ou imposto, mas de um preço público que  
151 visa incentivar o uso racional e garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos e também  
152 para garantir recursos para investir na melhoria das condições da bacia. Discorreu sobre a  
153 atribuição dos Conselhos, Comitês, Órgãos Gestores e Agências de Bacia sobre a cobrança;  
154 discorreu sobre a implementação da cobrança em Goiás, pontuou que o Comitê tem um  
155 espaço fundamental na gestão e que já estavam discutindo sobre o tema quando houve uma  
156 determinação judicial do Ministério Público para implementar a cobrança. Informou que o  
157 foram incluídos os Comitês e Conselho no processo e conseguiram garantir uma  
158 participação ativa, restando acordado que até o meio 2024 irão discutir os valores finais  
159 definidos e em 2024 cobrarão só 50% dos valores e após isso farão plano plurianual de  
160 aplicação, bem como a publicidade e atualização dos dados. Dentro os exemplos citados,  
161 pontuou que no estado se tem usado recursos do Comitê da Bacia para além da prioridade  
162 de uso relacionado ao saneamento e dessedentação; informou que o Paranaíba enfrentou a  
163 prioridade de uso na bacia, pensando em conflito por geração de energia e irrigação e que  
164 estão trabalhando para o marco regulatório desse processo. Citou o revestimento no canal  
165 do núcleo rural Santos Dumont, que beneficiou os irrigantes e resolveu o conflito pelo uso  
166 da água na região, beneficiando a coletividade. A solução de revestimento garantiu a  
167 segurança hídrica para o abastecimento e melhor gestão de uso nessa região, demonstrou  
168 outros casos e ações, como construções de estações de tratamento de esgoto, melhoria no  
169 saneamento, reuso da água para ser aplicada na agricultura, emissários e recuperação da  
170 bacia. Citou diversos exemplos de situações e soluções de escassez hídrica em âmbito  
171 nacional e internacional. Pontuou que o desafio para os comitês é o reconhecimento e  
172 fortalecimento da gestão das águas, que devem focar nas atribuições do SINGREH, possuir  
173 diretrizes para gestão o uso e conservação das águas, ocupar o espaço para que não sejam  
174 ocupados por outras entidades que não tenham a mesma preocupação, ter um atuação  
175 preventiva para segurança hídrica, investir na bacia pra potencializar resultado, obter novas  
176 fontes de recursos, priorizar investimento, fazer articulação e integração por meio de

177 agendas setoriais e fazer da cobrança uma alavanca para investimentos e com novas formas  
178 de aplicação, priorizando bacias críticas. Ressaltou que o recurso da cobrança não vai  
179 resolver todos os pontos do plano de bacia. Finalizou a apresentação pontuando que quem  
180 precisa de uma gestão efetiva, forte e tratada como algo fundamental não é a água, somos  
181 nós, pois somos nós que dependemos dela para praticamente todas as nossas atividades. O  
182 Presidente Eduardo (IASB) agradeceu pela apresentação e pelos relatos de experiência nos  
183 estados e pontou que a percepção que teve foi de que o estado de MS está muito atrasado,  
184 principalmente quando comparado com o mapa da distribuição da cobrança pelo país.  
185 Perguntou se o estado de Goiás possui uma agência única ou várias e qual a situação de  
186 MS em relação a agência de águas. O Sr. João Ricardo (CBH Paranaíba) respondeu que  
187 durante muito tempo o órgão gestor foi responsável por prestar apoio aos Comitês de Bacia,  
188 mas a equipe era muito pequena; explicou que em Goiás não tem órgão específico para a  
189 temática de recursos hídricos e que uma superintendência dentro da Secretaria de Meio  
190 Ambiente que é responsável pelo tema. Informou que recentemente contrataram uma  
191 empresa com os recursos do PROGESTÃO para prestar o apoio de Secretária Executiva  
192 para os Comitês de bacia e que a princípio essa empresa é quem vai dar o apoio e a medida  
193 que for instalada a cobrança, durante o ano de 2024, espera avançar na discussão para  
194 instalar a agência de bacia. Pontuou que querem que a agência seja uma entidade da  
195 sociedade, algo nessa linha e que será discutido junto ao comitê quando a cobrança for  
196 instalada, até para que decidam quanto querem arrecadar e qual a estrutura desejam ter, que  
197 tem sempre que pensar como um condomínio, que não se pode cobrar uma taxa que mal  
198 pague a estrutura e pensar em colocar coisas além da arrecadação. O Sr. Leonardo  
199 (IMASUL) informou que no estado de MS não tem agência de bacia e quem vai decidir  
200 sobre a agência é o próprio comitê de bacia, quando estiver implantada a cobrança, não  
201 haverá agência enquanto não houver cobrança. O Presidente Eduardo (IASB) informou que  
202 essa reunião foi muito importante para o avanço nas discussões sobre o tema e deixou a  
203 palavra aberta para os demais membros do Comitê. A Sra. Claudete (IMASUL) questionou  
204 ao Fábio (CAESB) de que forma a CAESB se organiza para executar as ações de forma  
205 integrada e pediu para discorrer um pouco sobre a forma de capacitação adotada pela  
206 instituição para ter essa integração e questionou ao Sr. João Ricardo (CBH Paranaíba) qual  
207 o conselho ele pode dar para unir o comitê em prol da discussão sobre a temática da  
208 cobrança. O Sr. Fábio (CAESB) pontuou que o problema é a solução, que é mais doloroso  
209 quando já se tem um problema, mas assim que se acelera a mudança; que o estado de MS  
210 não precisa enfrentar uma crise para ter consciência da mudança, pois é um estado com  
211 patrimônio ambiental e potencial agrícola ambiental gigantesco, então a discussão deve  
212 começar pela consciência e tem que haver conversas, reuniões e quando os usuários

213 começarem a mudar o pensamento, de que não está pagando e sim investindo no processo  
214 de implantação dos sistemas de gestão, que representa uma oportunidade do sistema andar  
215 e isso gera benefícios as coisas começam a andar, gerando um círculo virtuoso. O Sr.  
216 Sidenei Tambosi (CBH Ivinhema) questionou os palestrantes se poderiam discorrer sobre  
217 o impacto da cobrança nos irrigantes. O Sr. João Ricardo (CBH Paranaíba) pontou que o  
218 pivô médio 100 hectares a cobrança está em torno de 2 mil por ano. O Sr. Fernando (Assoc.  
219 dos Usuários de Águas da Região de Monte Carmelo) pontuou que o valor é um pouco  
220 maior, é uma imposição que muitas vezes interfere sobre a maneira da avaliação da  
221 produção, o impacto está relacionado ao sistema de produção; que o pivô central é o método  
222 que tem um custo mais alto e não e que o valor fica em torno de 2 a 3 mil reais. O Sr. João  
223 Ricardo (CBH Paranaíba) respondeu a Sra. Claudete (IMASUL) que o conselho que pode  
224 dar sobre a forma de discutir dando exemplo do Paranaíba, que só avançou quando iniciou  
225 as discussões e que devem criar um grupo de trabalho com cronograma definido, buscar  
226 capacitação, informações junto ao IMASUL e outros comitês para que levem seu histórico  
227 para que possam construir o do Miranda e pontuou que não existe solução simples para  
228 problemas complexos, que é necessário sentar e encontrar esse caminho pois não existe  
229 modelo pronto. Explanou que no Paranaíba havia o setor de usuários se reuniu para  
230 demonstrar com quanto podia contribuir. Explanou sobre a importância de se juntarem para  
231 analisar quais serão os impactos e com quanto poderão contribuir; todos vão defender seus  
232 interesses e vão buscar o melhor ponto e quem não participar das discussões e não pontuar  
233 sobre suas necessidades terá que contribuir da mesma forma. O melhor caminho é montar  
234 um grupo de trabalho e se capacitarem para evitar que as decisões venham de cima para  
235 baixo as vezes, que apesar de serem mais rápidas causam um transtorno muito maior que  
236 quando negociado e articulado. O Sr. Leonardo (IMASUL) questionou os palestrantes  
237 como foi a estruturação do preço para cobrança. O Sr. João Ricardo (CBH Paranaíba)  
238 discorreu que no Paranaíba foi feita avaliação das necessidades para manutenção da  
239 estrutura, sem pensar muito nos investimentos. Pensou-se em quanto precisava para  
240 manter uma estrutura para dar apoio ao Comitê e seu funcionamento e foi avaliado o quanto  
241 cada setor iria contribuir, mas no Comitê goiano querem fazer algo diferente, onde o foco  
242 da cobrança vai ser atingir os objetivos do Plano de Bacia. O Sr. Fabio (CAESB) pontuou  
243 que no momento que teve que rever esses valores já se tinha conhecimento dos benefícios.  
244 O ajuste que teve que ser feito foi um processo muito mais tranquilo que a implementação  
245 da cobrança; o Grupo de Trabalho teve uma longa e complexa discussão. O Sr. João  
246 Ricardo (CBH Paranaíba) explanou que devem deixar o mais simples possível, dando  
247 exemplo do Paranaíba onde o saneamento, a indústria e a agricultura possuem valores  
248 individuais. Devem deixar o mais simples possível para saberem o quanto estão pagando.

249 O Sr. Fernando (Assoc. dos Usuários de Águas da Região de Monte Carmelo) respondeu  
250 no chat sobre o questionamento de uma alternativa para discussão da cobrança pois tem  
251 pessoas que são contrárias. Explicou que, naturalmente ninguém quer pagar mais uma  
252 conta, principalmente setores que são muito sensíveis. Pontuou que se a pessoa não tiver  
253 um conhecimento do benefício da aplicação da cobrança ninguém irá pagar satisfeito.  
254 Explicou também que no caso deles a bacia tem usos diferentes e mais antigos. Como no  
255 MS a partição nos instrumentos de gestão é mais recente é difícil dar exemplos de  
256 benefícios. Se não fizerem um planejamento com a aplicação dos recursos e colocar com  
257 muita clareza, será difícil as pessoas compreenderem. O Presidente Eduardo (IASB)  
258 informou que a gestão do CBH Miranda não está empurrando o assunto com a barriga  
259 como pontuado e que o fato de estarem fazendo essa reunião é uma prova clara de que o  
260 assunto está sendo discutido e que o Comitê é democrático. Sugeriu que na próxima reunião  
261 seja pautada a formação do o grupo de trabalho para dar encaminhamento adequado ao  
262 tema, bem como a formação do grupo de trabalho sobre os rios cênicos. Pontuou que a  
263 reunião seja presencial. Como informes divulgou a data da reunião do Conselho Estadual  
264 de Recursos Hídricos, a ser realizada no dia 5 de julho de forma online. O Presidente  
265 Eduardo (IASB) agradeceu a todos que participaram, a equipe do GRH e que apesar da  
266 abundância de água, já é possível identificar alguns conflitos e pontuou que se deve  
267 trabalhar para que essa riqueza possa ser usada em benéfico de todos. Restou deliberado  
268 que a próxima reunião será presencial, sendo sugerido o município de Aquidauana e a data  
269 será divulgada no grupo após a decisão da diretoria. O Presidente Eduardo (IASB)  
270 agradeceu pela disponibilidade de todos e declarou encerrada a 24ª Reunião Extraordinária  
271 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda. Esta ata será assinada pelo Presidente e  
272 pela Secretária Executiva do CBH Miranda, anexada a lista de presença preenchida via  
273 formulário Google.

Campo Grande MS, 20 de junho de 2023.



**Eduardo Folley Coelho**  
Presidente do CBH Miranda



**Claudete de F. P. de Souza Bruschi**  
Secretária Executiva CBH Miranda

**24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO MIRANDA**

Data: 20/06/2023 Hora:8h30



**LISTA DE PRESENÇA**

<b>NOME DO PARTICIPANTE</b>	<b>SEGMENTO</b>	<b>MEMBRO</b>	<b>ENTIDADE/INSTITUIÇÃO</b>
André Mauro Dropa de Bortoli	Poder Público	Titular	Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste COMDEMA - Conselho de Meio Ambiente - Município de Miranda
Guilherme Dalponti	Poder Público	Suplente	EMBRAPA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal
Carlos Roberto Padovani	Poder Público	Suplente	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Claudete Padilha de Souza Bruschi	Poder Público	Titular	ANDAV - Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
Ivan Antonio Volpe	Sociedade Civil	Suplente	SICADEMS – Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados do MS
Jussara Silveira Pael Andrekowisk	Usuários	Suplente	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Leonardo Sampaio Costa	Poder Público	Suplente	MUPAN – Mulheres em Ação no Pantanal
Áurea da Silva Garcia	Sociedade Civil	Titular	IASB – Instituto das Águas da Serra da Bodoquena
Eduardo Folley Coelho	Sociedade Civil	Titular	SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul
Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo	Sociedade Civil	Titular	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Luciano Jikimura		Convidado	CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul
Sidenei Ambrosi Tambosi		Convidado	FIEMS – Federação de Indústrias do Estado MS
Carolina Alaves Muniz de Freitas	Usuários	Suplente	SOS PANTANAL - Instituto Socioambiental da Bacia do Paraguai
Leonardo Pereira Gomes	Sociedade Civil	Suplente	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Ariel Ortiz Gomes	Sociedade Civil	Titular	APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul
Tamiris Azoia de Souza	Usuários	Suplente	FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS
Regiane Furtado de Miranda		Convidado	SOS PANTANAL - Instituto Socioambiental da Bacia do Paraguai
Felipe Augusto Dias	Sociedade Civil	Titular	
Priscila Alonso de Oliveira Figueiredo	Poder Público	Titular	Prefeitura Municipal de Miranda CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul
Elói Panachuki	Poder Público	Suplente	FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS
Fernando Vinicius Bressan		Convidado	Associação dos Usuários de Águas da Região de Monte Carmelo
Fernando Costa Faria		Convidado	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Gabriela Lazari	Poder Público	Suplente	FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS
Daniele Coelho Marques	Usuários	Titular	Prefeitura Municipal de Naviraí
Douglas Fernando Carlos Macente		Convidado	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Eliane Maria Garcia		Convidado	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Ariel Ortiz Gomes	Sociedade Civil	Titular	SEMAGRO - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
Andreliz Silva Souza	Poder Público	Titular	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB
Fábio Bakker Isaias		Convidado	CBH Paranaíba
João Ricardo Raiser		Convidado	

